



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS III
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LHAISE DANIELLY SOUZA ARAUJO

A CRIANÇA DIANTE DO ADULTO NA TRAJETÓRIA DO SEU
DESENVOLVIMENTO: QUAL O LUGAR DO PROTAGONISMO INFANTIL?

JUAZEIRO, BA

2022

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS III
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LHAISE DANIELLY SOUZA ARAUJO

A CRIANÇA DIANTE DO ADULTO NA TRAJETÓRIA DO SEU
DESENVOLVIMENTO: QUAL O LUGAR DO PROTAGONISMO INFANTIL?

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas - Campus III, como pré-requisito básico para a conclusão do Curso de Pedagogia.

Orientação: ProfessoraMsC-Francineide Santana Silva.

JUAZEIRO, BA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

A663c Araújo, Lhaise Danielly Souza

A criança diante do adulto na trajetória do seu desenvolvimento: qual o lugar do protagonismo infantil? / Lhaise Danielly Souza Araújo. Juazeiro-BA, 2022.

25 fls.: il.

Orientador (a): Prof^ª. Ms. Francineide Santana Silva.

Inclui Referências

TCC (Graduação – Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus III. 2022.

1. Historiografia da infância. 2. Direitos das crianças – Documentos oficiais.
3. Comportamento da criança. 4. Protagonismo infantil. I. Silva, Francineide Santana.
- II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 907.2

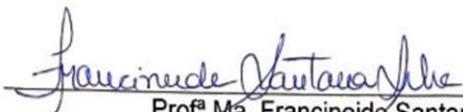
LHAISE DANIELLY SOUZA ARAUJO

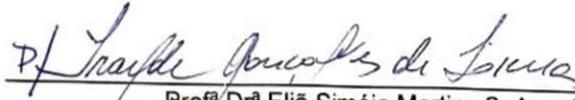
A CRIANÇA DIANTE DO ADULTO NA TRAJETÓRIA DO SEU
DESENVOLVIMENTO: QUAL O LUGAR DO PROTAGONISMO INFANTIL?

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Universidade do
Estado da Bahia – UNEB/DCH III como requisito parcial para a obtenção do
título de Graduação em Pedagogia.

Aprovado em: 20/12/2022

BANCA EXAMINADORA


Profª M^a. Francineide Santana Silva Lima
(Orientadora)


Profª Drª Eliã Siméia Martins S. Amorim
(Membro)


Profª Drª Cláudia Maisa Antunes Lins
(Membro)

DEDICATÓRIA

Dedico esta Monografia, bem como, minha formação acadêmica, ao grande amor da minha vida, a minha filha Mariana Hazine, que muitas vezes teve que sacrificar suas horas de sono, seus momentos de lazer, para acompanhar a mamãe à Universidade. Tão pequena, com menos de 02 anos de idade e já consegue ajudar e motivar as minhas realizações!

Sempre será tudo para e por você minha filha!

Amo-te, minha pequena!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as vezes que mostrou minha capacidade através das lutas vencidas, que enxugou minhas lágrimas quando eu já estava prestes a desistir e, por me abraçar, todas as vezes que me senti só. Obrigada Deus por ser meu Porto Seguro e me fazer acreditar que eu ia conseguir!

Agradecimento especial também a minha família que sempre me apoiou e me impulsionou a chegada desse objetivo.

Agradecimento às pessoas que sem nenhuma obrigação, se disponibilizaram a cuidar da minha filha para que eu conseguisse concluir a graduação e, principalmente, finalizar esse trabalho.

Meu agradecimento e reconhecimento de forma grata a Professora Francineide Santana, que me orientou no desenvolvimento dessa pesquisa, fazendo com que eu refletisse sobre tudo que eu idealizava e tinha a intenção de escrever.

Gostaria de enaltecer a minha amiga Clara Maiara, uma pessoa que um dia acreditou em meu potencial, que deixou clara a certeza da minha aprovação em uma Universidade pública. Obrigada por ter sido meu ponto de partida!

Não posso esquecer-me de agradecer a minha querida Universidade do Estado da Bahia- UNEB, pois, graças a ela foi possível minha formação e ter meus direitos estudantis preservados.

Por último e, não menos importante, agradecer a todos os Professores que aceitaram fazer parte da banca avaliadora, pois de acordo com o meu tema, lembro que cada um tem uma parcela de contribuição para essa defesa. As aulas e as obras estudadas serviram de inspiração e foram utilizadas para impulsionar um olhar sensível ao mundo da criança.

Gratidão!

LISTA DE SIGLAS

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

LDBN- Lei de Diretrizes e Bases Nacional

UNEB- Universidade do Estado da Bahia.

RESUMO

O estudo sobre o tema, A criança diante do adulto na trajetória do seu desenvolvimento: qual o lugar do protagonismo infantil? Configura-se em uma oportunidade de discussões e reflexões a partir do pensamento, vivências de uma experiência própria, sobre os processos de desenvolvimento da criança diante do adulto. Nesse sentido, buscou-se entender quais as interferências produzidas pelos adultos que podem ser benéficas ou não às crianças? Como, quando e de que forma os adultos influenciam na construção de uma infância autônoma? Nessa construção de infância, o adulto deixa a criança ser protagonista ou a coloca no anonimato, tal qual, acontecia na idade média? Além disso, o adultocentrismo se faz presente na contemporaneidade ou não. Não se trata de uma dicotomia entre o adulto no lugar de sujeito prejudicial e a criança como sujeito sendo prejudicada, mas, o quanto essa relação pode trazer consequências. Foi sobre essas reflexões que essa pesquisa se desenvolveu e traz como objetivo geral, discutir a importância do protagonismo no desenvolvimento da criança. Em decorrência desse objetivo, foi pensado como objetivos específicos: Refletir o comportamento infantil enquanto protagonismo e expressão social diante de limites impostos; analisar diante das obras lidas, frustrações observadas no cotidiano das crianças diante do cenário da escola e da família; Perceber através das leituras no cotidiano da criança de que forma ela cria e recria os seus sentimentos no percurso da sua aprendizagem.

Para tanto, metodologicamente adotaram-se procedimentos de uma pesquisa qualitativa, com abordagem na pesquisa Bibliográfica, onde se buscou autores, educadores, historiadores e psicólogos que trazem contribuições a essa pesquisa no que diz respeito às considerações e importâncias do período de infância.

Como resultado desta pesquisa, destacamos a importância do protagonismo da criança frente a novos olhares sobre a infância a partir de Ariés (1975) Roncin (1990) Vayer (1990) Viana (2014) Rolkouski, (2014), Karoliny e Santos(2016), entre outros, que expõem pensamentos que trazem riqueza ao argumento quando se trata de vivenciarmos os pontos reflexivos que eles defendem em suas obras.

Concluimos esse estudo enfatizando a importância e a necessidade de compreender o mundo da criança em sua infância e que a sociedade assuma em

sua totalidade o compromisso de tratar de políticas que reconheça o papel da criança com sujeito protagonista do seu saber, bem como que este estudo tenha um alcance com diversos tipos de público, principalmente pessoas que lidam com crianças no dia a dia, sejam eles pertencentes à família biológica ou adquirida por consideração e a partir disso, possam refletir no comportamento atual, trazendo à memória as lembranças que serviu de influência e o quanto validou a voz de uma criança. É necessário que se compreenda que criança, por menor que seja em estatura, ela é ser humano e um sujeito que está se construindo. Por isso, merece cuidados e respeito as suas fases.

Palavras-chave: Criança, Protagonismo-Infantil, Adulto, Autonomia.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	8
2.	HISTORIOGRAFIA DA INFÂNCIA.....	10
3.	DIREITOS DAS CRIANÇAS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS.....	15
4.	COMPORTAMENTO DA CRIANÇA DE ACORDO COM SUAS INFLUÊNCIAS.....	18
5.	PROTAGONISMO INFANTIL: BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA DIANTE DO ADULTO.....	20
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
7.	REFERÊNCIAS.....	25

1. INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa parte primeiramente da minha experiência enquanto mãe de Mariana Hazine, que no seu dia a dia tem me ensinado a leveza de compreender o seu mundo infantil, partindo da sua autonomia e liberdade de se expressar, obviamente que dentro de um dialogo onde são permitidas ou não determinadas situações. Em segundo lugar, busquei discutir a criança diante do adulto na trajetória do seu desenvolvimento, tentando responder: Qual o lugar do protagonismo infantil? Discussão essa que perpassa pelo entendimento do que seja a infância e do que foi a infância diante de alguns períodos históricos e de uma discussão mais atual sobre o papel desta criança a partir de diversos olhares na organização de uma sociedade.

Necessário compreender que vivemos em um cenário em que a aprendizagem passa por um processo comunicacional a partir de novos modos e novos olhares da infância e isso se dá a partir da própria ideia criativa que temos de cultura, como diz SODRE(2012) “que criatividade é a gestão de algo novo em um contexto inteiramente novo”. Diante disso, o problema desta pesquisa foi questionar mesmo esse protagonismo infantil diante de uma nova cultura da infância e de que forma os adultos tem se comportado diante do protagonismo infantil no desenvolvimento e no comportamento da criança quanto a julgamentos e imposições feitas por eles para o alcance das realizações das crianças. De que forma a criança pode exercer seu direito de protagonista no seu desenvolvimento social?

Diante dessa problemática, traçamos alguns objetivos, tal como: refletir o comportamento infantil enquanto protagonismo e expressão social diante de limites impostos; analisar diante das obras lidas, frustrações observadas no cotidiano das crianças diante do cenário da escola e da família, como também perceber através das leituras de obras, que falam sobre o cotidiano da criança, de que forma ela cria e recria os seus sentimentos no percurso da sua aprendizagem.

Consequente, não poderia esquecer as concepções teóricas, referências que o estudo traz, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, que permitiu um olhar aguçado e sensível quanto ao permanente dialogo construído através de autores como: Ariés (1975) Roncin (1990), Vayer (1990), Viana(2014)Rolkouski(2014)Sodré

(2012), entre outros, que expõem pensamentos e concepções que traduzem riqueza ao argumento quando se trata de refletirmos e vivenciarmos os conceitos que eles defendem em suas obras.

Em suma, foi através do olhar sensível destas obras e de uma inquietude da autora desse trabalho que o texto traz uma reflexão sobre o protagonismo infantil, e a partir disso, se fez necessário uma breve exposição dos períodos históricos que relata sobre a infância, a necessidade de conhecer as origens, incluindo a perspectiva de cultura no contexto atual, para que tenhamos uma maior compreensão e quiçá novas atitudes quanto a importância do reconhecimento e valorização de cada etapa da criança, sem que a interferência inadequada do adulto comprometa o seu desenvolvimento.

Por fim, a pesquisa foi dividida em 04 capítulos. Logo no primeiro capítulo, o texto traz uma historiografia sobre a infância, fazendo uma breve cronologia de tempo que engloba a idade média até a era moderna, pontuando alguns fatores importantes e marcantes dessa época, tal como, família e sociedade. Adiante, no segundo capítulo, o texto traz uma formalidade documental sobre direitos atribuídos as crianças através da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases Nacional e a Base Nacional Comum Curricular.

Além disso, nos dois últimos capítulos, o trabalho apresenta um desenvolvimento lógico e preciso sobre a vida da criança, o protagonismo que ela ocupa, a voz que muitas vezes é silenciada e o quanto a interferência do adulto pode trazer influências no seu desenvolvimento e no aprendizado, pois à medida que a criança vai crescendo, se desenvolvendo, descobrindo seu corpo, seus movimentos, pessoas e espaços, tudo isso gira em torno do meio em que ela vive e com quem convive. Todo esse aspecto genético, social, ambiental e biológico, interfere de maneira significativa na construção desta criança enquanto sujeito.

2. HISTORIOGRAFIA DA INFÂNCIA

A Infância é o primeiro período do ser humano, é a existência de um ser dependente e ao mesmo tempo, autônomo do seu desenvolvimento ligado a sua liberdade e seus sentimentos. A infância é uma fase de descobertas, de lazer como sua maior atividade possível de promover um crescimento saudável. A infância é também a maior preocupação da família. Geralmente a criança tem a garantia de proteção, afeto, educação, saúde, higienização e alimento para sua subsistência ao decorrer dos anos, até que possa na vida adulta, ter a sua independência física, financeira e emocional para seguir seus próprios interesses de acordo com sua vontade e possibilidade.

Ser criança é viver livre dentro da bolha que os pais estabelecem. Essa metáfora quer tratar sobre as regras, delimitações, imposições, que dão certos limites ao comportamento das crianças, é de suma importância que existam para a formação de um cidadão e que ele consiga ter uma boa convivência com a sociedade, de maneira organizada e civilizada, porém deve-se existir um equilíbrio nessa condição para que essa prática não enalteça o adultocentrismo, como é definido pelos autores Ana Karoliny Alves e Gerbson Santos (2016), que conceituam esse termo como o ato de impor o mundo do adulto à criança, tratando assim as mesmas com inferioridade, como se nada elas soubessem do seu mundo e seus direitos fossem menores ao ponto de possuírem menos liberdade.

É nesse estágio da infância, que cada idade vai requerer um tratamento diferenciado e existe uma cautela para que as fases não sejam puladas e essas crianças não sejam prejudicadas no decorrer da sua vida.

Esse cenário de cuidados em desenvolver na criança da melhor maneira e valorização dessas fases, nem sempre foi um fator preocupante entre as famílias, muito menos da sociedade. A contemporaneidade trouxe esses fatores como ponto importante de reflexões e imprescindível, diferente do termo infância defendido pela idade média, onde a criança era exposta a uma vida adulta mesmo que sem idade suficiente e totalmente despreparada para tais condições, desde a sua maneira de se vestir, como também de se comportar.

O Historiador francês Philippe Ariés foi um dos pioneiros na utilização da fonte iconográfica para analisar as representações da infância que a sociedade medieval fazia de si mesmo e que tem despertado nos pesquisadores a importância de se reportar a história como um fenômeno a ser analisado e discutido sobre novo viés histórico e social.

Na idade média não se existia um conceito sobre infância, até porque, não havia estudos sobre algo que não se tinha importância ou relevância para sociedade, de acordo com o ponto de vista histórico, Ariés(1975), relata que não existia uma preocupação em preservar a memória histórica da criança, muito menos em valorizar os sentimentos da infância, uma vez que até o nascimento dos bebês não eram registrados com tanta rigorosidade, como acontece nos dias de hoje.

Suas fases de criança não eram respeitadas, sua função social era entreter os adultos, ou seja, trazer diversão e distração para o adulto e não o contrário, não existia um caminho de condução para o aprendizado, tudo que eles absorviam para sua sabedoria era baseado no que via os adultos fazerem. Sua desvalorização e inutilidade eram visíveis até os sete anos de idade e que era a partir desse momento que a criança era obrigada a abandonar os brinquedos e se tornar adulto, podendo exercer atividades conforme as expectativas dos pais. Nesse sentido, Ariés defende duas teses principais:

Na primeira, afirma que a sociedade tradicional da Idade Média não via a criança como ser distinto do adulto. Na segunda, indica a transformação pela qual a criança e a família passam, ocupando um lugar central na dinâmica social. Com essa transformação, a família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, o que não existia antes. A criança passou de um lugar sem importância a ser o centro da família. (ARIES, 1978, p.22)

Essa afirmação nos leva a pensar o que era a infância na realidade para essa época em que a criança era condição de um conjunto de condições socioculturais estabelecidos para aquele momento. A infância não vivida, não apreciada como etapa de desenvolvimento social no contexto próprio do sentimento de existência e de peculiaridades individuais de ser criança.

O que é ser criança? Como elas pensam, sentem e vivem? Essas perguntas e outras do mesmo teor são muito difíceis de serem respondidas. Cohn (2005) faz um alerta:

Para ela, as idéias de “tabula rasa”, “filhas do pecado”, “habitantes do paraíso”, dentre tantas outras representações da criança, apresentadas por muitos estudiosos, deixam transparecer uma “imagem em negativo da criança” (p. 8). Ou seja, o que se fala, na verdade, é do contraponto entre a criança e a vida em sociedade ou as responsabilidades da vida adulta. Alerta, portanto, para a necessidade de se entender a criança e a seu mundo a partir do seu próprio ponto de vista. Assim, afirma categoricamente a autora: “se quisermos realmente responder àquelas questões, precisamos nos desvencilhar das imagens preconcebidas e abordar esse universo e essa realidade tentando entender o que há neles, e não o que esperamos que nos ofereçam” (COHN, 2005, p. 8).

De acordo com o autor acima, a infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais. Toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de status e de papel.

De acordo com Ana Karoliny e Gerbson da Silva (2016), ser criança não significa o mesmo de ter infância, e dentro dessa realidade, relatada na idade média, é possível ver o quanto a ludicidade, a brincadeira, a diversão e distração era algo oculto, invisível ao olhar das crianças daquela época. Elas passaram pela infância, mas não vivenciaram. “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” (ARIÈS, 1981, p. 14).

No que se refere a roupas e comportamentos das crianças de antigamente, a ideia que se tem sobre isso é que tudo se modernizou, mas ainda assim existem resquícios com grande significância, um exemplo disso é a moda “tal mãe, tal filha” que traz um modelo idêntico de roupa, muitas vezes desconsiderando o comprimento da roupa, decote e sensualidade, tornando-as adultas precocemente sem se preocupar com a saúde psíquica daquela criança que ainda está em fase de desenvolvimento e sua personalidade sendo formada. Da mesma maneira se dá em detrimento a aceitação do adulto no que diz respeito ao comportamento da criança, exigindo que elas se portem de maneira que alcancem sempre suas expectativas e exigências, oprimindo suas expressões ou colocando-as em situações de

responsabilidades que não estão de acordo com a sua idade, trazendo um declínio do que entendemos por infância.

A partir do século XII e XIII com o Renascimento, marca o período de transição entre a idade média para idade moderna, onde se iniciou o processo de emancipação da figura do adulto alojado na imagem da criança e elas passaram a ser vista de maneira individualizada, a partir da escolarização. Só a partir de então que o aprendizado já não tinha como centro as experiências de trabalho vivenciadas em casa, por observar os adultos fazendo, as crianças aprendiam de maneira adequada e com tratamento especial para o seu tempo, pois já existia a importância de estudos voltada a elas e a maior contribuição para essa evolução veio da igreja, que tratou a infância como período santo, exigindo respeito e amor a elas.

A partir daí, a iconografia começou a ser demonstrada na figura de crianças-anjos, estabelecendo uma religião para as crianças (ARIÈS, 1981, p.14).

Com essa imposição religiosa, que praticamente causou a obrigatoriedade da escolarização e exigiu um tratamento diferenciado por parte dos adultos com base na individualidade da infância, as crianças já começaram a se vestir de forma caracterizada a elas e usufruíam dos seus momentos livres para brincar. Daí então, a criança deixou de ser somente o entretenimento dos adultos, e um ser sem importância, para verdadeiramente ocupar um espaço no meio social, ter alimentação, educação, saúde e uma vida adequada para sua sobrevivência.

A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela.” (ARIÈS, 1981, p. 6)

Diante desse contexto, fazendo uma ligação com a modernidade, a família assume uma transformação nas relações com as crianças. A infância deixa de ser um período relegado e passa a ser um tempo contemplado pelo respeito. De acordo com a opinião de Ariés (1975) poderia até existir uma família moderna sem amor, mas não sem a necessidade de ter a presença de uma criança por perto.

O capítulo sugere leveza em sua totalidade, sem necessariamente me reter a longos fatos históricos promovidos por Aries ou outros historiadores que retratam esse período da infância. Procurei neste capítulo apontar questões embrionárias que, embora o trabalho de Ariès tenha recebido muitas críticas sobre seus estudos da infância numa compreensão historiográfica, não se pode deixar de pensar sobre esta temática com o seu aporte, pois é possível “aproveitar suas tantas percepções acerca do passado e seguir adiante” (HEYWOOD, 2004, p.27).

Nesse sentido, importante ressaltar o passado das crianças através de várias fontes, Priori (2012) fala da importância de “dar voz aos documentos históricos, perquirindo-os nas suas menores marcas, exumando-os nas suas informações mais concretas ou mais modestas, iluminando as lembranças mais apagadas” (PRIORI, 2012, p. 249).

Certamente o que a autora propõe é que o estudo permita maior profundidade no contexto do entendimento do que realmente seja a infância diante da família e diante de uma sociedade tão complexa como a que temos e a que queremos, contextualizada em seus diversos períodos sem perder de vista as variadas culturas que permearam o sentido e sentimento de infância nas diversas classes sociais.

Finalizando, Campos (2009) menciona que a noção de infância refere-se a uma produção sociocultural resultada das representações dos adultos acerca dos mais novos. Kuhlmann Junior (2010), por sua vez, argumenta que as crianças não escrevem a sua própria história. A história da criança é uma história sobre criança.

De fato há que se escrever nova história ou tantas outras histórias sobre a infância e sobre a criança. Há que se dar voz as crianças que tem desejos, sonhos e características próprias da sua idade, do seu pensamento e suas construções afetivas com o meio em que vive.

3. DIREITOS DAS CRIANÇAS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Apartir da contextualização histórica no capítulo acima, percebe-se que as mudanças veem ocorrendo, ainda que de forma sutil, tanto na família quanto nas políticas públicas apropriadas para elas, que servem como um porta voz para defendê-las, a exemplo de Leis como a Constituição de 1988, O Estatuto da Criança e do Adolescente– ECA e outras Leis específicas dos direitos atribuídos a elas no cenário da Educação Nacional como a LDB e a Base Nacional Curricular Comum- BNCC

A Constituição Federal de 1988 prevê no artigo 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

De fato, mesmo que as leis no papel assegurem esses direitos, é notável que muitas crianças ainda sentem o déficit de não serem assistidas por essas leis, portanto, cabe a todas as instâncias sociais, como a família, escola, e as políticas de inclusão, um olhar sensível a essas necessidades e garantir uma vida segura a esses sujeitos, buscando sempre soluções para os problemas que por ventura vão surgindo.

O documento relativo ao ECA- Estatuto da Crianças e do Adolescente, surge como Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado.

Entendemos que esse estatuto foi muito bem direcionado, mas que na prática sentimos uma necessidade de dialogar mais, principalmente em se tratando da escola, de órgãos municipais que trazem suas Secretarias de proteção a criança e outros espaços aonde acontece a infância, como ONGs, escolas não formais, e outros Países que ainda carecem desse diálogo como afirma Fonseca (2004),

Discutir a emergência da Declaração dos Direitos da Criança e a realização da Convenção dos Direitos da Criança, apontando os embates entre Estados Unidos e a ex-União Soviética, que foram iniciados em pleno período de Guerra Fria. A autora afirma que o governo norte-americano enfatizou os direitos civis e políticos na discussão sobre direitos humanos; fato este que teve repercussões nos modos de atenção às populações desfavorecidas, que ficaram à mercê de assistência filantrópica e caritativa, com a ausência de políticas públicas de assistência social de cunho estatal e com a consequente redução de repasse de verbas que garantissem os direitos sociais básicos. (FONSECA, 2004.p. 103-115)

Essa parece ser uma discussão nacional e internacional, dos organismos que estabelecem as políticas de inserção da criança como sujeito atuante do processo social, principalmente o estabelecimento de políticas de inclusão daquelas crianças consideradas marginalizadas sem direito ao mínimo necessário para sua sobrevivência.

Ainda nesse sentido, vale trazer as considerações de Oliveira (2003), que coloca:

Tem prevalecido na esfera política é o marketing que vende imagens de candidatos e não programas de governo; nasce uma ética empresarial pautada na idéia de responsabilidade social no vazio das políticas sociais estatais; se ampliam ações associativistas civis, restaurando a visão de uma comunidade que se organiza na resolução de problemas locais; intensifica-se a reivindicação de curas medicalizadas para questões políticas e sociais e os campos da educação e da cultura são vistos como dispositivos de homogeneização de condutas e não espaços conflitivos.(OLIVEIRA, 2003.p. 218-245.)

É nessa perspectiva apresentada acima que me reporto à falta de programas mais específicos a partir do ECA que garantam a estabilidade, o respeito, a autonomia da criança no seu cotidiano. Encontram-se muitas crianças em situação de vulnerabilidade pelas ruas. Não quero aqui afirmar que não existam iniciativas que alocam crianças, mas ainda é pouco, quando muitas vezes desconhecemos o que traduz a Constituição e consequentemente O ECA.

Quanto a Lei de Diretrizes e Bases, a lei foi responsável por importantes mudanças no sistema educacional, preservando a obrigatoriedade e gratuidade do

ensino básico, atendimento especializado, gratuito e respeitoso para crianças que possuam alguma deficiência, além dos estabelecimentos de ensino serem seguros para todas elas.

No seu Art. 3º A prioridade absoluta em assegurar os direitos da criança, do adolescente e do jovem, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e do art.4º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral.

Ao refletir sobre essas assistências, no que tange os direitos e garantias obrigatórios a essas crianças, é inegável que o Brasil mantém a deficiência em muitos aspectos, porém, é justo reconhecer avanço da educação, a partir desta lei. O aumento de escolas publica em funcionamento, a quantidade das crianças alfabetizadas e tendo acompanhamentos especiais caso necessite, as instituições que ganham melhorias em recursos para amparar professores e famílias, espaços melhorados, muitas vezes até climatizados e tecnológicos, estruturas reformadas, alimentação adequada, momentos de repouso e projetos de socialização, fazem parte de uma educação de qualidade, inclusiva e atual.

Todos esses adjetivos, exclui a situação mundial que enfrentamos em 2019 para 2020, em decorrência ao Covid-19, tempo esse que foram afetados diversos setores, inclusive a educação, que agravou a desigualdade, impactando ainda mais a vida das crianças que se encontravam em vulnerabilidade, principalmente financeira.

Em relação a Base Nacional Curricular –BNCC, “A Educação Infantil é o lugar em que a criança deve ser compreendida como sujeito de direitos. Criança é sujeito, não objeto. Se existe algo que sustenta a BNCC da Educação Infantil é a concepção de infância, ao compreender a criança como centro do processo. Trata-se de compreendê-la como capaz

Aprovada no ano de 2018 após um longo processo participativo e muita discussão, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é também alvo de muita polêmica devido aos encaminhamentos dados pelo atual governo no fechamento da versão final. A BNCC traz em sua versão muitas questões inovadoras, que de certa

forma traduz direitos e orientações curriculares no que diz respeito à educação infantil, entretanto, a operacionalização desta tem deixado a desejar no que diz respeito a aplicabilidade na prática, já que diz o que toda criança tem direito de aprender.

Há muito que discutir nos ambientes educacionais formuladores de planejamentos para que de fato a BNCC seja olhada com maior sensibilidade no que diz respeito à infância.

4. COMPORTAMENTO DA CRIANÇA DE ACORDO COM SUAS INFLUÊNCIAS

O adulto antes de tudo deve compreender que a criança é dono de uma personalidade própria e possui seu próprio tempo de desenvolvimento de aprendizagem. Quando esse fator de originalidade é desconsiderado, assim também quando é renegada toda história daquele indivíduo, por menor que seja, a sua relação cultural e âmbito em que vive, qualquer comportamento contrário que a criança tenha, diferente do esperado do adulto, é levado a rotulações descabidas e impróprias. “A criança constrói sua pessoa através das trocas que assegura e assume com seu ambiente, que pode definir-se como sendo a realidade das pessoas e a realidade material, dentro das quais ela vive sua experiência” (Roncin e Vayer 1990 pg 5)

Geralmente as crianças apresentam comportamentos de acordo com o seu meio, demonstram o que aprendem em torno do seu crescimento, pois através das atitudes, elas observam o comportamento dos adultos e tentam imitá-los. A sua maior referência o modelo principal, são os seus cuidadores e a partir de então toda ação que é exposta a esses indivíduos, será de fato reproduzida em algum momento da vida deles.

Na sua interação com o meio, a criança assimila o comportamento do adulto ao seu cotidiano e o reproduz (Ana Karoliny e Gerbson Santos (2016 pg 63)

Esse ponto referencial é de extrema importância, pois, é necessário um olhar sensível, de atenção e respeito a esse período de infância ao que se possa estar

deixando visível aos olhares desses aprendizes, para não sofrer com consequências inesperadas e indesejadas. É nesse momento que o adulto precisa estabelecer limites aos momentos e lugares em que as crianças possam participar junto aos adultos sem causar danos emocionais e psicológicos, fazendo uma reflexão: - Esse lugar, esse momento, esse comportamento é propício e adequado a minha pessoa da mesma forma que é para essa criança?

Diante dessa reflexão podemos exemplificar uma situação que se encaixe nessa ideia, uma criança que é levada pelos pais para um bar e presenciam adultos fazendo gestos obscenos através da dança com músicas de letras erotizadas e trocando beijos lascivos, ela está propícia a repetir esse comportamento durante toda sua vida.

É natural encontramos criança de 04,05,06 anos em diante, estarem reproduzindo dancinhas que aprenderam através de aplicativos midiáticos liberado pelos pais e muitas vezes ensinados também, como uma dança de mãe e filho(a), dando legalidade a erotização infantil e desprezando os princípios da infância. Sem dúvida essa são questões polemicas do momento e ao mesmo tempo contraditórias quando nos reportamos aos valores morais tão perpetuados pela família e pela sociedade.

Tão importante quanto o lugar, são as companhias e momentos que a criança vivencia e experimenta e que tenha como influência seu lugar de origem e do meio que vive e que traz prejuízos significativos no caráter que está sendo formado e nesse aspecto a mediação do adulto é imprescindível para promover a segurança física e emocional desse indivíduo.

Existe também a forma que essa criança é tratada, isso é fundamental para compreendermos o seu atual comportamento e o que esse ser humano será no futuro. Não se pode exigir da criança além do que ele é capaz de oferecer, não se pode pedir a criança para falar baixo, quando os adultos que são referencia para ela, só vivem gritando e falando alto. O círculo das pessoas que essas crianças estão inseridas, diz muito sobre a forma de se comunicar, tanto na forma oral como expressiva, no modo como aprende a enxergar o mundo e na sua maneira de lidar com os conflitos individuais e coletivos.

A relação das crianças com a família é tão importante quanto o relacionamento com a natureza e as pessoas que estejam fora do seu convívio, a partir do momento que elas são expostas a outras realidades, a formação de ideias e opiniões começa a ser geradas, todavia, essa conexão de experiências se torna imprescindível a formação do indivíduo.

5. PROTAGONISMO INFANTIL: BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA DIANTE DO ADULTO

A chamada dessa pesquisa sobre o protagonismo infantil requer uma reflexão pertinente ao momento histórico conceitual até o momento em que se discute o papel da infância na modernidade. Falar de modernidade é arriscar o novo, a inovação, novos valores culturais e sociais, bem como meios alternativos e não mera adaptação, pois, segundo Benjamim (2002) sinaliza para alguns qualificantes da criança e sua natureza. Há nelas algo de subversivo que perturba a pragmática ordem em construção: “as crianças são insolentes e alheias ao mundo”, afirmou ele.

A criança quando nasce já chega com aptidões e habilidades descoberta por ela mesma, vive o período de aleitamento, fase essa que é o tempo de dependência, onde exige maiores cuidados e proteção por parte dos pais, porém consegue por si só abrir a boca e abocanhar a mama, já desperta no sujeito que observa essa evolução, a reflexão que a criança em tão pouco tempo de vida, já consegue buscar seu alimento para sua própria subsistência, mostrando de fato o poder do aspecto biológico. “A criança, enquanto ser vivo, possui ao nascer, propriedades especiais que lhe permitem assumir seu próprio desenvolvimento”. (Roncin e Vayer 1990 pg 10)

Logo em seguida, já se percebe que aquele pequeno ser já acompanha o movimento com seus pequenos olhos, as mãos já vão em direção a boca, os pés também e logo essa criança passa pelo período de desenvolvimento de maneira saudável e sem interrupções indevida. Ela inicia o período de sentar, engatinhar, andar e até aprender a correr, é nesse momento que é importante levantar um

questionamento: - É necessário que os adultos ensinem a criança a exercer esses movimentos, ou essas crianças já nascem com essas potencialidades?

De acordo com Pierre Vayer e Charles Roncin(1990) em sua obra,se tratando de situações semelhantes, eles definem isso como capacidade de autonomia que tem característica essencial a auto-organização. “Só pode haver desenvolvimento enquanto a criança é o sujeito de sua experiência.” (Roncin e Vayer 1990 pg 13). Nesse ponto é necessário analisar se os estímulos não estão sendo inadequados, e embora muitas vezes os adultos tenham intenção de “ajudar”, eles acabam interferindo no processo de desenvolvimento autônomo que aquela criança já traz consigo, acelerando uma fase que não se era permitida naquele momento.

Para dispor de um bom desenvolvimento na aprendizagem é fundamental levar em consideração as diferenças individuais de cada criança, se os contextos gerais não forem levados em conta é certo obter atrasos e danos na construção do saber. Conseguir apurar opiniões delas mesmas significadeixá-las livre para suas próprias construções.

Carlos Roberto Viana e Emerson Rolkouski relata em seu artigo “ A criança e a matemática escolar” situações pertinente a essa discussão, de permitir que a criança seja protagonista do seu próprio espaço de convívio, como um exemplo que foi citado, em questão da ornamentação da sala de aula feita pelos professores e não pelos alunos e quando isso acontece, todos aqueles objetos não passam de um adorno.

Isso reflete em uma interferência do adulto que traz malefícios ao desenvolvimento da criança, de forma que invalida suas ideias, pois limita a autonomia da criatividade que elas possuem. Permitir que elas mesmaselaborassem seus artefatos, possibilitaria um vasto conhecimento e aprimoramento no aprendizado, o que seria só um adorno, passa a ser um mecanismo de construção de saber, a partir daquela criação elas terão propriedade no assunto quanto no espaço que elas irão frequentar todos os dias, é didatizar sem uma intenção opressora.

O objetivo central dessa organização de sala é criar um espaço com a própria identidade, é validar a voz, o conhecimento e o saber da criança em suas diversas

fases da vida, e toda decoração feita por elas não é para servir de cenário e sim como parte integrante de uma ação pedagógica.

Dessa forma, deixando as crianças arrumarem a sala com objetos que as pertencem, dando significados a sua própria realidade e demonstrando seu conhecimento criativo através das exposições de trabalhos feito, não exclui a responsabilidade do professor(a), mas ele(a) será visto como um companheiro, impulsionador e motivador dos pequenos talentos que virão provenientes a essas ações.

Além disso, ainda existe a mania que se tem de “ensinar” as crianças a brincar na “tentativa de ajudar”, isso automaticamente coloca o adulto em um espaço que não os cabe, e a partir dessa intervenção a brincadeira muda o significado, perde o sentido de liberdade e espontaneidade para algo com regras impostas por alguém que certamente nem está participando da brincadeira. Pierre Vayer e Charles Roncin defendem em seu livro que quando a atividade lúdica é imposta, ela deixa de ser um jogo para ser uma resposta a demanda do adulto.

Dentre todas as opiniões mencionadas pelos autores neste estudo, é fácil compreender que a ideia não é afastar o adulto da criança, não é deixá-la sem limites, pelo contrário, a participação do adulto na infância de qualquer criança é fundamental, desde que sua interferência não afete a sua liberdade de expressão, o seu desejo de vivenciar as experiências de forma livre e espontânea, não deixar que elas percam o prestígio de poder criar, recriar e resolver seus próprios problemas e com seu jeito individual, permitir que elas tenham suas próprias respostas para as perguntas que venham surgir, sem que necessário tenha sempre um adulto para intervir, que elas consigam se desenvolver sem exigências de tempo pela perspectiva do adulto e a maior discussão sobre esse trabalho é justamente isso, trazer a criança ao seu lugar de pertencimento, ou seja, seu lugar de protagonista.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dialogar sobre o protagonismo infantil não foi fácil, porém prazeroso no momento que se constitui em leituras das quais me apropriei de forma leve.,

tentando compreender esse universo que tanto tem me despertado e chamado atenção para interpretar o sentido e sentimento de infância. Certamente o tempo foi um fator que implicou no meu roteiro para tantas leituras que pudesse trazer maiores reflexões tão necessária para esse estudo.

Dialogar um pouco com os autores mencionados como, Ariés(1975),Roncin(1990),Vayer(1990), Viana(2014), Rolkouski(2014), Karoliny e Santos(2016) e tantos outros autores que são citados no estudo, me fez perceber a beleza do mundo infantil e o quanto podemos cria-las, recria-las, educa-las sem promover conceitos históricos descabíveis para sua formação. É claro que com isso não estou desmerecendo os valores morais, sociais que conjuntamente se fazem necessários a uma boa educação. Refiro-me especificamente ao olhar sensível a criança, ao olhar do seu potencial, das suas qualidades, das suas sabedorias, das suas atitudes e do que podemos aprender com isso.

Também é importante compreender que mesmo que a criança seja dona da sua própria autonomia, que obtenha suas próprias vivências através de suas experiências e solucione seus problemas, elas não deixam de ser crianças e torna-se necessário um olhar atento do adulto para perceber todo o meio em que essa criança se encontra, pois todo o externo influencia para sua construção de ser.

Não dou por concluído esse estudo, pois entendo que uma pesquisa bibliográfica vai muito mais além do que se imagina, muito tem a se discutir sobre o protagonismo infantil, mas a pretensão é que o pouco que refleti possibilite uma compreensão daqueles que por ventura farão a leitura. Que os objetivos pensados tenham de fato direcionado uma pequena análise sobre o protagonismo infantil.

Obviamente o desejo desse estudo foi ampliar ainda que timidamente as leituras para que teoricamente e futuramente possa colaborar com o público em alcance tal como, educadores, famílias (pais e parentes), institucional (professores e gestores) ou de convívio (amigos e vizinhos), que sirva como um despertar a uma perspectiva diferente do que é infância e protagonismo.

Compreender as possibilidades que a criança tem em se desenvolver de forma própria, de maneira que ela cresça em seu próprio tempo, sem que necessário a estatura e expectativa do adulto seja parâmetro.

Nesse sentido, a família deve ser crítica e reflexiva, com uma postura firme e ativa em relação à educação oferecida, procurando trabalhar conjuntamente com suas parcerias a exemplo de escola, comunidades e a própria sociedade com consciência do caráter político de sua atuação e que seus ensinamentos devem estar sempre fazendo um paralelo com as questões de cidadania. Uma família com esse perfil poderá ser um grande agente de mudanças dentro do mundo da infância, da criança e do seu ambiente. Esperamos que, diante dessas reflexões, possamos ter uma mudança de olhar sobre a criança e seus direitos no exercício do seu protagonismo infantil.

7. REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- BRASIL. Leis. Constituição Federal. Brasília, 1988.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: CIBIA, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: Apresentação**. Brasília: MEC/SEB, 2014. 72 p.
- BENJAMIN, Walter. **Reflexões: sobre a criança, o brinquedo e o brincar, a educação**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.
- CAMPOS, Raquel Discini. Philippe Ariès: A paixão pela história. In: Cadernos de História da Educação, Uberlândia: EDUFU, v. 11, n. 1 – jan./jun, 2012. p. 269-284.
- COHN, C. Antropologia da criança. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- DEL PRIORI, Mary. A criança negra no Brasil. In: VILELA, Ana Maria Jacó; SATO, Leny. In: Diálogos em psicologia social [online], Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232- 253. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 12/12/2019.
- Fonseca, C. (2004). "Os direitos da criança – dialogando com o ECA". Em: Fonseca et al. Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares. (pp 103-115) Porto Alegre/RS: UFRGS.
- Fonseca, M. A. da (2003). Michel Foucault e a constituição do sujeito. São Paulo: EDUC. [Links]
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- Oliveira, F. de (2003). "Política numa era de indeterminação: opacidade e ré encantamento". Em: Silva, F. T. da; Naxara, M. R. C. & Camilotti, V. C. (orgs.) República, Liberalismo, Cidadania. Piracicaba/SP: UNIMEP. [Links]
- Oliveira, S. (2003). "O Estado contra os jovens". Verve, (3), 218-245. [Links]
- Sodré, Muniz. Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes/ Muniz Sodré. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- TELES, Edilene Carvalho; REIS, Edmerson dos Santos. **ANOTAÇÕES SOBRE O BRINCAR E A INFÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE**. CRV, Curitiba, 2016.
- VAYER, Pierre; RONCIN, Charles. **Psicologia Atual e Desenvolvimento da Criança**. Manole Dois, São Paulo, 1990.